

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E OS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Os oficiais de justiça são os responsáveis pelo cumprimento e a efetividade das ordens judiciais. Na Justiça Federal de São Paulo esses servidores trabalham com atribuições internas, mas na maior parte do tempo atuam em ambiente externo executando tarefas importantes como citações e intimações de réus e testemunhas, penhora e arresto de bens, busca e apreensão (tanto de pessoas quanto de objetos), conduções coercitivas e reintegrações de posse.

Uma das principais características da profissão é a convivência com situações de conflito e inusitadas. Em muitos casos, os oficiais são os portadores de “notícias ruins” o que exige dos servidores qualidades como a inteligência emocional, a paciência e o “jogo de cintura”, tudo para fazer valer as ordens proferidas pelos magistrados.

A oficiala Vanessa Morceli dos Anjos de Marchi entrou para JFSP em 2009, oriunda da Justiça Estadual onde já trabalhava na função. Atualmente a área geográfica em que atua é a zona sul de São Paulo, entre a divisa com o município de Diadema e o bairro de Interlagos. “É uma área bem extensa e eclética, com regiões muito humildes e outras compostas por imóveis de alto padrão como os do bairro Chácara Flora”, conta.

Experiente na profissão que considera gratificante, ela acredita que a pressão psicológica é um fator constante no dia a dia dos oficiais de justiça. “Em geral estamos mais expostos pois passamos muito tempo na rua o que aumenta o risco de furtos e roubos. Em relação às partes que recebem as ordens judiciais, também há estresse porque nunca se sabe antecipadamente qual é a índole das pessoas com as quais vamos tratar”, avalia.

Quando ainda atuava na Justiça Estadual, a oficiala foi vítima de dois roubos, mas a situação mais desconfortável, de acordo com ela, ocorreu quando foi cumprir um mandado de penhora e avaliação de um imóvel no qual funcionava um templo religioso. “Foi algo bem traumático pois fui mantida em cárcere privado por algumas horas. Os “fiéis” se revoltaram contra mim e diziam que eu precisava ser exorcizada”, lembra. O episódio gerou na servidora alguns sintomas desagradáveis como insônia. “Acredito que por ter uma forte base familiar, acabei me recuperando rapidamente”, analisa.

Para Vanessa, infelizmente, casos de violência física e psicológica não são raros entre os colegas de função, e incluem relatos de situações como a intimidação, chegando a cenários mais extremos, como o sequestro relâmpago. “Entretanto, o mais comum é a violência psicológica que surge como uma reação da parte querendo demonstrar a sua indignação contra uma ordem judicial e acaba descontando no oficial de justiça.

Precisamos estar emocionalmente fortalecidos para nos posicionar adequadamente e dar cumprimento à ordem, minimizando os riscos”, diz.

Com o objetivo de proporcionar as pessoas em geral um melhor entendimento sobre o trabalho dos oficiais de justiça, Vanessa criou um Canal no YouTube* onde é possível encontrar vídeos sobre a rotina da profissão e que explicam o que acontece se a pessoa não receber o oficial de justiça, quando pedir a identificação do profissional, como funciona na prática a penhora de bens, além de outras informações. “Penso que quanto mais os cidadãos entenderem como trabalham os oficiais, mais fácil e menos violento pode ser a nossa rotina. O apoio dos Tribunais também é fundamental, nessa divulgação”, conclui.

**Entre os anos de 2016 e 2019, no Brasil, 230 oficiais de justiça sofreram algum tipo de lesão corporal no cumprimento de sua função. Cerca de 138 foram vítimas de furtos ou roubos e 81 foram mortos durante o trabalho.■

Acompanhamento Psicossocial

A Justiça Federal de São Paulo, através da Seção de Atenção à Saúde (SUSD), possui uma equipe constituída por profissionais de psicologia e de serviço social encarregada de promover, não só aos oficiais de justiça, mas a todos os servidores, um trabalho de acompanhamento especializado. “No que concerne ao atendimento psicológico, o processo inclui atividades de atenção e promoção da saúde mental, especialmente por meio de atendimentos individualizados”, explica a psicóloga Tatiane Alves Correia.

De acordo com a supervisora da SUSD, Christiane Amelia Martins Fonseca, geralmente esse trabalho acaba destinado aos servidores que apresentaram licenças por motivo de saúde mental ou por outros acometimentos em que geram impactos no bem-estar emocional. “Além disso, há o atendimento desencadeado a partir da busca espontânea*** do servidor, com acolhimento, orientações e realização de encaminhamentos quando necessário”, salienta.

O Núcleo de Benefícios e Assistência à Saúde disponibiliza em sua página da intranet as informações para os servidores que necessitam fazer a solicitação da licença por acidente em serviço. Após formulado o pedido, o processo tem início com a realização de perícia médica e, caso seja necessário, o acompanhamento psicossocial. “Há casos em que o servidor não sofreu agressão física, mas sim psicológica e optou por não protocolar uma licença, ainda assim, poderá obter o acompanhamento psicossocial mediante solicitação”, explica Christiane.

* YouTube Canal Papo de Oficial.

** Fonte: TV Justiça

*** Atendimento Psicossocial: admsp-nusa-saude@trf3.jus.br; (11) 2172-6514 / 2172-6506, das 13h às 19h.